

PREJULGADO Nº 042

Negar exequibilidade ao § 1º do art. 206 da Lei Municipal de Vila Velha nº 3.375/1997 (alterada pela Lei Municipal nº 5.579/2014), uma vez que, ao permitir que servidores ocupantes de cargos e naturezas diversos fossem designados para a função de avaliadores, exclusiva da carreira de fiscal do município, **afrontou** o artigo 37, *caput* e inciso II, da Constituição Federal.

Órgão Colegiado: Plenário

Processo: TC-03451/2015-4

Assunto: Representação

Autuação: 27/03/2015

Relator: conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Decisão: Acórdão TC-394/2018, mantido pelo Acórdão TC-1207/2018

Sessão: 11ª Sessão Ordinária do Plenário de 17/04/2018

Publicação: Acórdão TC-394/2018, disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES nº 1153, do dia 25 de junho de 2018, considerando-se publicado no dia 26/06/2018, nos termos dos artigos 62 e 66, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 621/2012, c/c art. 5º, da Resolução TC nº 262/2013.